

O CORPO NOS PROCESSOS DE EMANCIPAÇÃO HUMANA NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR

Sylviane Guilherme¹

Palavras-chave: Corpo, Território, Questão Agrária.

O presente trabalho se refere a uma pesquisa ainda em andamento e amadurecimento acerca das relações e aproximações entre a dança e a geografia no contexto da Reforma Agrária Popular. Assim sendo, sua estrutura terá como enfoque duas categorias centrais para esta fase do estudo: o corpo e o território, que partindo dos pressupostos do materialismo histórico e dialético pretende reflexionar sobre a necessidade da liberação, libertação e emancipação do corpo das trabalhadoras e trabalhadores, especialmente do campo, para a superação do capital.

Para tanto, o ponto de partida será a discussão acerca do papel do trabalho no processo de hominização e humanização.

Marx (2004) conceitua o processo de trabalho como a objetivação do homem no mundo. A humanidade, na sua totalidade, se produziu no e pelo processo de trabalho, e o marco decisivo da marcha de transformação do macaco em homem se deu com a evolução combinada e amalgamada das mãos e do cérebro, ou seja, da ação e do pensamento em construção.

O trabalho é feito pelo homem, e ao realizá-lo ele se faz a si mesmo. Essa afirmativa não se reduz aos aspectos anatômicos do desenvolvimento humano, mas também, como bem aponta Engels (1990), inclui o desenvolvimento de outras esferas – cognoscitivas, sensitivas, sociais – que compõem o homem, ao longo da sua caminhada evolutiva.

Assim, o que se pode considerar diante do até aqui exposto, é que, em síntese, tudo que o corpo realiza é indiscutivelmente pensamento, e que o que é elaborado em pensamento se corporifica na mesma proporção, concomitantemente, sem hierarquias. O corpo não é um recipiente estático onde repousa o pensamento, o sentimento, a energia; não é uma estrutura biológica passiva e alheia ao ambiente ao seu entorno, mas sim um organismo ativo, composto de uma infinidade de sistemas que têm seu funcionamento influenciado e determinado pelas

¹ Mestranda em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. sylvianecascata@hotmail.com

relações com o ambiente externo, assim como, a partir desses mesmos sistemas, ele intervém e delibera sobre a realidade circundante alterando-a.

Contudo, ao longo da história do gênero humano, as concepções sobre a relação corpo e mente tomaram contornos conceituais, teóricos e filosóficos muito específicos.

“Penso, logo existo”, afirmou o filósofo francês René Descartes. A existência humana, a partir da sua premissa, era determinada pelo pensamento, corpo e mente eram diferentes e independentes, porém, a mente tinha supremacia sobre o corpo.

Ao compreender o homem como um ser fragmentado, com partes distintas e desassociáveis, não somente a compreensão do sujeito singular ficou comprometida, como também o modo de pensar e compreender o sujeito coletivo e suas formas de organização social.

Ao capitalismo, tal perspectiva era fator positivo, quanto mais o processo de produção fosse dividido e fragmentado entre muitos trabalhadores, maior seria a produtividade e o lucro. Para a solidificação de um modo de produção pautado na fragmentação e divisão social do trabalho, era necessário trabalhadores, mulheres e homens, do mesmo modo, fragmentados. A elaboração de Descartes, como produto do seu tempo, foi aliada, propulsora e resultante de uma ideologia dominante e burguesa que se espalhava.

Diante da primazia da mente, ao corpo restou apenas os papéis ditos secundários: o corpo para a reprodução, o corpo para o trabalho braçal e/ou o corpo consumidor, todas atividades vistas em alguma medida como depreciativas se comparadas à elaboração intelectual.

Entretanto, ao indivíduo fragmentado e ao corpo reprimido, o fatalismo da reprodução e o automatismo da forma de operar dominante são reversíveis. Se a ação determina ideação e ideação promove uma nova ação, e assim dialeticamente, em uma práxis permanente e cíclica, ao promover, neste caso, práticas corporais pautadas em referências e métodos de conscientização, liberação e libertação corporal, outro caminho se apresenta como possível para um processo de integração corpo e mente, indivíduo e coletividade, de totalidade e de superação da fragmentação dualista.

Contudo, mesmo as vertentes mais progressistas, críticas e revolucionárias, salvo experiências isoladas, não conseguiram tratar tal fragmentação humana e o espaço do corpo com a atenção e intencionalidade necessária como aliado para a superação do capitalismo.

Muito já foi dito sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) como instrumentos do capitalismo para formar e conformar a consciência das massas. Diferente dos Aparelhos Repressivos de Estado, que atuam sob a forma da violência, primordialmente, os AIE

funcionam através da ideologia. Ambos, entretanto, menos ou mais diretamente, impõem restrições e condicionantes corporais, ou seja, todo processo de controle e dominação se efetiva também no corpo.

Algumas religiões, a escola formal, a escravidão negra no Brasil e os processos ditatoriais na América Latina, arrastam exemplos incomensuráveis de controle e dominação dos corpos.

Processos mais sutis, mas não menos perversos podem ser identificados nos modos de subjugação corporal que se fixaram na sociedade capitalista moderna. Tomando-se para esta análise, além do recorte de classe, também o de gênero, por exemplo, é possível identificar que o corpo da mulher burguesa está destinado ao prazer e ao consumo, já o corpo da mulher marginalizada está orientado para a produção e a reprodução biológica.

Definitivamente há um projeto do capital para os corpos, um projeto para o corpo do dominante e para o corpo do dominado.

Não raramente se encontra entre as trabalhadoras e trabalhadores diagnósticos de problemas de saúde, inclusive patologias de cunho psicológico e psiquiátrico. Estas são expressões físicas de questões muito mais amplas e profundas da relação desses trabalhadores com o mundo do trabalho, que formam, conformam e deformam corpos alterando inclusive a memória genética desses grupos sociais.

O capital na sua expressão mais enérgica no campo, conhecida atualmente como agronegócio, apresentou ao mundo e também ao Brasil, o pacote da Revolução Verde em meados do século XX.

As consequências deste parâmetro produtivo no campo vêm apresentando reflexos nocivos em escala tanto no aspecto ambiental, econômico, político, agrônomo, quanto social e cultural. Considerando especialmente estes dois últimos, pode-se levantar algumas hipóteses que revelam as atrocidades dessa proposta na produção simbólica e cultural nas comunidades do campo.

O grande movimento de expulsão das massas do campo para a cidade, a restrição dos espaços urbanos, e a Indústria Cultural com seus discursos ideológicos e simbólicos hegemônicos, se configuraram como alguns dos aliados para o processo de restrição e precarização da prática corporal, sedentarizando e alienando a grande massa da classe trabalhadora.

O debate da Cultura Corporal não encontra muita capilaridade dentro das organizações sociais de premissas libertárias, a não ser em esparsas discussões sobre Educação e Saúde, o

que reitera a necessidade e até mesmo a urgência do estudo sobre o referido assunto, tendo em vista que os processos de dominação, alienação, reificação, opressão e expropriação, habilidades e atribuições essenciais e fundamentais do capitalismo, não se dão somente no campo das ideias, no mundo do trabalho, na exploração dos bens naturais, mas também e primordialmente, nos corpos.

O corpo como território geográfico é um dos esteios para as reflexões acerca da emancipação humana. Considerando que o território é definido pelas relações sociais e classes sociais que se estabelecem em determinado espaço, portanto, permeado pelas relações de poder que ali se realizam, é possível supor o corpo como um território, e mais, um território em disputa. Não se trata, o corpo, de um território de governança ou “território uno”, como apresenta Fernandes (2008) em relação aos territórios, nação, país, estado, município, mas de um território constituído a partir de diferentes relações sociais, por experiências de determinada classe social que ali se materializam, ou seja, um “território diverso”.

As disputas territoriais não se restringem à dimensão econômica. Pelo território ter um caráter de totalidade, multidimensional, as disputas territoriais se estendem em outras dimensões, na esfera política, teórica, ideológica e pode-se acrescentar, corporal.

Como já foi mencionado, no capitalismo há projetos distintos para esse território radical que é o corpo. Há projetos de classes sociais antagônicos, e há ainda a tentativa permanente de controle do território-corpo.

A categoria território compreende outras duas camadas, os territórios materiais e os imateriais, que respectivamente travam conflitualidades distintas e específicas, porém interligadas e dependentes.

Neste sentido, do território material e imaterial em disputa, o campo apresenta um caminho de emancipação da classe trabalhadora que perpassa pela implementação de um outro paradigma, uma outra concepção de sociedade e de desenvolvimento rural, enraizada no convívio harmonioso com a natureza e pautado em outras relações de trabalho. Nele, ao ajustar seu processo produtivo em referências de conectividade entre ser humano-natureza, ser humano-trabalho, ser humano-ser humano, permite outras vivências e experiências corporais, por recuperar relações e vínculos fundamentais entre ser humano-sociedade-natureza, desmontados pelo agronegócio e capitalismo.

Assim sendo, é fundamental que seja realizado um levantamento das conflitualidades que se dão no corpo enquanto território material, para que se possa compreender melhor os sentidos

das disputas territoriais, das disputas referentes ao corpo, e suas potencialidades como aliado no processo de transformação social.

No caso particular deste escrito, ao conceber a dimensão cultural como uma parte componente da disputa com o capital pela soberania dos territórios, a contestação das produções culturais e artísticas, especialmente aquelas ligadas ao corpo, se configurariam como forças de oposição ao projeto capitalista para o corpo, a arte e a cultura no contexto do campo, portanto, no território imaterial camponês.

Se as táticas e estratégias estão voltadas para a superação do capital e a emancipação humana, o debate e as práticas de desalienação do corpo precisam aparecer como um dos esteios do projeto libertário, do contrário, estaremos delegando ao capitalismo e aos seus aparelhos o controle e a dominação corporal da classe trabalhadora.

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BASTOS, Manoel Dourado; STEDILE, Miguel Enrique e VILLAS BÔAS, Rafael Litvin. Indústria Cultural e Educação. In: *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- BERTHERAT, Thérèse. *O correio do corpo: novas vias da Antiginástica*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- BRUN, Jean. *A mão e o espírito*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.
- CAMPBELL, Bernard. A Evolução da mão do homem. In: ENGELS, Friedrich. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. São Paulo: Global Editora, 1990.
- CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.). Insustentabilidade socioambiental do agronegócio brasileiro. In: *Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- DESCARTES, René. *Meditações metafísicas*. Disponível em: https://docs.google.com/file/d/0B8GIZ-fiFkhdMDc4N2E5ZDMtM2FkMS00NDRkLThiMjYtNzExMzVjYjc0MTFm/edit?hl=en_US
 Acesso em: 03 março 2017.
- ENGELS, Friedrich. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. São Paulo: Global Editora, 1990.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Entrando nos territórios do Território*. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf

FROZI, Monica Luciana. *Teatro e formação: a experiência do grupo peça pro povo*. Monografia (Graduação Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MEDINA, João Paulo Subirá. *O brasileiro e seu corpo*. Campinas: Papyrus Editora, 1987.

MONTEIRO, Denis. Agroecossistemas. In: *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. In: *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SOARES, Carmen Lúcia et al. *Metodologia do Ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *As ideias estéticas de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIEIRA, Marcílio de Souza. *Corpo: objeto ou sujeito?* Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/dialektike/article/view/4758/pdf> Acesso em: 30 janeiro 2017.

ULLMANN, H. F. *Atlas da anatomia: órgãos, sistemas e estruturas*. H. F. Ullmann, 2009.